



Sejam muito bem-vindos. É com grande satisfação que iniciamos esta apresentação, um momento importante para compartilharmos informações.

Nesta apresentação abordaremos:

- *Os processos de trabalho do RPPS;
- *As ações desenvolvida em prol dos servidores;
- *A importância da participação de cada um na fiscalização e gestão desse patrimônio.



A PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ENTENDENDO A ESTRUTURA DO RPPS

O **Regime Próprio de Previdência Social**, ou simplesmente RPPS, é o sistema de previdência criado pelos entes federativos — União, estados e municípios — para atender exclusivamente aos **servidores públicos efetivos**.

Servidores comissionados, temporários ou contratados não participam do RPPS — esses são segurados do **Regime Geral (INSS)**.



Contribuições Previdenciárias - Alíquotas Atuais (Lei nº 873/2022 e Lei nº 924/2024)

Servidores ativos, aposentados e pensionistas: 14%

(Para aposentados/pensionistas, incide apenas sobre o valor que ultrapassa o teto do INSS).

Contribuição Patronal (Prefeitura): 15,13%

Contribuição Suplementar (déficit atuarial): 2,56%

Essa alíquota é paga **exclusivamente pelo ente público (Município)** como forma de equacionar o déficit previdenciário do RPPS.



Quando falamos em previdência, não estamos falando apenas de direito do servidor. Estamos falando de **confiança**.

A má gestão dos recursos previdenciários compromete o pagamento das aposentadorias e pensões.

O funcionamento do RPPS exige organização, transparência e responsabilidade, e envolve várias atividades fundamentais.

Vamos entender algumas delas:



Avaliação Atuarial

Todos os anos, o RPPS deve realizar uma **avaliação atuarial**, que é um estudo técnico feito por um atuário. Esse estudo calcula se o regime está financeiramente equilibrado, levando em conta:

- Expectativa de vida dos servidores;
- Tempo de contribuição;
- Projeção de receitas e despesas futuras.

Com isso, o ente público pode se planejar para garantir que o fundo previdenciário seja suficiente para pagar os benefícios no longo prazo.



Política de Investimentos

A **Política de Investimentos** é um documento obrigatório que define como os recursos do fundo previdenciário do RPPS devem ser aplicados. Ela tem como objetivo garantir **rentabilidade, segurança e liquidez** para que os recursos estejam disponíveis no futuro para pagamento de aposentadorias e pensões.



Balancetes Contábeis

O RPPS deve manter **balancetes mensais** atualizados com:

- Entradas (receitas previdenciárias);
- Saídas (pagamento de aposentadorias e pensões);
- Investimentos do fundo.

Esses balancetes ajudam no controle financeiro e na transparência com os órgãos de fiscalização e os segurados.



Empenhos e Contratos

Todas as despesas do RPPS, como pagamento de benefícios, serviços de consultoria, auditorias ou sistemas, devem ser **empenhadas** e vinculadas a **contratos formais**.

Isso garante legalidade, previsibilidade de gastos e controle orçamentário.



Prestação de Contas

O RPPS precisa fazer a **prestação de contas anual**:

- Enviando dados ao Ministério da Previdência (via CADPREV);
- Apresentando os relatórios à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas;
- Publicando no portal da transparência.



DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos

- Mostra onde e como os recursos do RPPS estão aplicados
- Garante a segurança e rentabilidade dos investimentos
- Instrumento de fiscalização e transparência financeira

DIPR – Demonstrativo das Informações Previdenciárias e Repasses

- Registra os repasses das contribuições previdenciárias
- Apresenta a situação atuarial e financeira do RPPS
- Essencial para o planejamento e equilíbrio do regime



COMPREV – Compensação Previdenciária

O COMPREV é o sistema de **compensação financeira entre o INSS e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)**.

Funciona da seguinte forma:

- Quando um servidor se aposenta pelo RPPS, mas **parte do tempo de contribuição foi no INSS**, o INSS deve **compensar financeiramente** o RPPS por esse período.
- O mesmo vale no sentido contrário: se o INSS concede aposentadoria a alguém que contribuiu ao RPPS, o INSS pode cobrar compensação do ente federativo.



Acompanhamento de Processos Jurídicos pela Assessoria Jurídica

Outro trabalho importante no RPPS é o acompanhamento de **processos judiciais** relacionados a benefícios previdenciários.

Defesa do RPPS em ações judiciais

- **Pareceres jurídicos** em processos administrativos de concessão de benefícios;
- **Orientação legal** na elaboração de normativas, contratos e na aplicação da legislação previdenciária local e federal;
- **Interposição de recursos** contra decisões judiciais que causem impacto financeiro ou jurídico ao RPPS.



Concessão de Benefícios Previdenciários

A concessão de **aposentadorias e pensões** segue regras específicas:

É papel do RPPS analisar cada pedido com base na legislação vigente e garantir que o benefício seja concedido corretamente e com segurança jurídica.

.



Prova de Vida no RPPS

O que é?

Procedimento obrigatório para comprovar que o aposentado ou pensionista está vivo e evitar fraudes.

Quem deve fazer?

Todos os aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS

Periodicidade: Anual

Formas de realização:

- Presencial
- Visita domiciliar

Consequência do não cumprimento:

Suspensão do pagamento do benefício.

Base legal:

Lei nº 9.717/1998 e normas específicas de cada ente.



Conselho Municipal de Previdência

Órgão **colegiado, consultivo, deliberativo e fiscalizador** que atua no âmbito do **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)** do município.

Ele é composto por **representantes do poder público e dos segurados (ativos, aposentados e pensionistas)**, garantindo **participação democrática na gestão previdenciária**.

O **Conselho Municipal de Previdência** exerce um papel **fundamental na governança e na fiscalização** do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Sua função vai muito além de aprovar documentos: ele é um **instrumento de controle social, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários**.



Comitê de Investimentos e Consultoria Financeira

O **Comitê de Investimentos** é um órgão de caráter **consultivo e técnico**, criado no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para **analisar, acompanhar e emitir pareceres sobre as aplicações dos recursos previdenciários**.

Seu principal papel é **assessorar o gestor do RPPS** na execução da **Política Anual de Investimentos**.



A consultoria financeira é uma aliada fundamental na **gestão dos recursos do RPPS**, especialmente para **fortalecer o trabalho do Comitê de Investimentos**.



2025 Relatório Mensal

Maio Análise dos Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467 de 2 de junho de 2022, Capítulo VI, Seção V, Artigo 136º e com o Manual do Pró-Gestão RPPS versão 3.6, item 3.2.6 Nível I, aprovado pela Portaria SRPC nº 446, de 21 de Fevereiro de 2025.



Órgãos que fiscalizam e regulam o RPPS

Secretaria de Previdência (SPREV/MPS)

- Órgão federal vinculado ao Ministério da Previdência Social.
- Define normas, acompanha a gestão, emite o **CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)**.
- Disponibiliza sistemas como o **CADPREV** e realiza auditorias.

CRP

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

CRPs do Município de Laje do Muriaé/RJ (Regime Próprio)

Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial	Visualizar
31/05/2025 01:39:43	27/11/2025			Sim	
10/09/2015 09:57:20	08/03/2016			Sim	
09/02/2015 10:23:14	08/08/2015			Sim	
24/03/2014 09:45:24	20/09/2014			Sim	
17/09/2013 12:34:16	16/03/2014			Sim	
28/12/2012 17:07:11	26/06/2013			Sim	
28/12/2011 11:14:14	25/06/2012			Sim	
27/06/2011 17:15:09	24/12/2011			Sim	
10/12/2010 15:23:01	08/06/2011			Sim	
30/12/2009 18:14:08	28/06/2010			Sim	
30/06/2003 00:00:00	27/12/2003			Não	
11/12/2002 00:00:00	09/06/2003			Não	
03/06/2002 00:00:00	30/11/2002			Não	
14/11/2001 00:00:00	13/05/2002			Não	



Não sou um robô



Ativar o Windows



Tribunal de Contas (TCE ou TCU)

- Fiscaliza o uso dos recursos previdenciários.
- Avalia as contas do RPPS, os investimentos e o cumprimento das obrigações legais.

Ministério Público

- Atua em casos de irregularidades, desvio de recursos ou crimes contra o erário.
- Pode instaurar investigações e acionar responsáveis.

Câmara Municipal de Vereadores

- Atua na fiscalização política da gestão previdenciária.
- Pode convocar gestores para esclarecimentos e acompanhar os relatórios.



Conselho Municipal de Previdência

- Atua no controle social e na fiscalização interna do RPPS.
- Representa os segurados e zela pela transparência.

Auditoria Interna e Controle Interno do Ente

- Avalia os atos da unidade gestora do RPPS.
- Garante conformidade com a legislação e boas práticas administrativas.



Receita Federal e CVM (em casos de aplicação dos recursos)

– Verificam aspectos legais e a conformidade de investimentos feitos com os recursos do RPPS.

Por que essa fiscalização é importante?

- Garante a **segurança e sustentabilidade** dos benefícios previdenciários;
- Evita **irregularidades e desvios de recursos**;
- Assegura o **cumprimento das leis** e o respeito aos direitos dos servidores;

O PREV LAJE firmou convênio com o Banco Bradesco para a concessão de empréstimos consignados aos aposentados e pensionistas do RPPS.

Sabemos que essa nova parceria representa mais trabalho e responsabilidade para o PREV LAJE, mas entendemos que é uma medida que facilita o acesso ao crédito com melhores condições para nossos segurados.

Nosso compromisso é sempre buscar alternativas que favoreçam e valorizem os aposentados e pensionistas do município.

É importante destacar que o RPPS de Laje do Muriaé já possui **oito representantes certificados**, entre conselheiros e membros da diretoria, o que demonstra um compromisso real com a **profissionalização e a boa governança previdenciária**.



O que é a certificação obrigatória nos RPPS?

A **certificação** é uma **prova de conhecimentos técnicos** exigida para quem ocupa cargos estratégicos nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), como: **Dirigentes** do órgão gestor do RPPS; **Membros dos Conselhos Deliberativo e Membros do Comitê de Investimentos**



Por não fazermos uso irresponsável dos recursos, muitas vezes alguns servidores dizem que o PREV-LAJE 'não faz nada pelo servidor'. Mas a verdade é que estamos trabalhando todos os dias para proteger o patrimônio previdenciário e garantir que cada servidor receba, com segurança e dignidade, o benefício que lhe é devido.

Vamos ver a seguir a realidade de vários RPPS do estado do Rio de Janeiro.











O Prev-Laje reforça seu compromisso com a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários. Todas as informações referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) estão disponíveis para consulta pública em plataformas oficiais, como o CADPREV, mantido pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social.



CADPREV



Ministério da Previdência Social

Busca...



MENU PRINCIPAL



Consultas Públicas



CADPREV-Ente Local

CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social

- Selecione uma das opções do menu ao lado ou autentique-se.

Dados de Identificação

* CPF:

* Senha:



Não sou um robô



reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Acessar

Novo cadastro

Esqueci a senha



Ressaltamos que a transparência não se limita à publicação de dados, mas também depende do interesse ativo dos segurados em buscar informações, participar dos espaços de diálogo e exercer o controle social.

O Prev-Laje permanece à disposição para esclarecimentos e convida todos os servidores a fazerem parte desse processo de construção coletiva.

Prev-Laje – Compromisso com você. Compromisso com o futuro.



Agora que vimos como o regime é organizado, quem ele atende e como é sustentado, vamos acompanhar as informações da diretora Administrativa-Financeira Eliane Terra.

Ela vai apresentar um panorama geral sobre a situação financeira do regime, destacando:

- O **total de recursos disponíveis atualmente**;
- O **número de aposentados e pensionistas atendidos**;
- E o **valor mensal desembolsado** para o pagamento desses benefícios.

Esses dados são fundamentais para compreendermos o impacto financeiro dos benefícios e a importância do equilíbrio entre arrecadação e despesas no sistema previdenciário. Na sequência, voltamos com o diretor de Previdência.

Em seguida o diretor de Previdência, Evandro Martins, que vai detalhar as regras de aposentadoria, pensões e as mudanças trazidas pelas reformas mais recentes.



Agradecemos a atenção e a presença de todos ao longo desta apresentação.

Esperamos ter contribuído para um entendimento mais claro sobre a realidade financeira do nosso regime previdenciário e sobre as ações que estão sendo adotadas para garantir sua sustentabilidade.

Seguimos abertos ao diálogo, confiantes de que, com união, seriedade e planejamento, continuaremos construindo um sistema previdenciário sólido e seguro para todos.

Muito obrigado e um excelente dia a todos!